

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA
CATARINENSE EM RELAÇÃO À INDÚSTRIA BRASILEIRA
NO PERÍODO DE 1994 A 2002**

Kátia Regina Melo Pereira

Florianópolis (SC), Agosto de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA
CATARINENSE EM RELAÇÃO À INDÚSTRIA BRASILEIRA
NO PERÍODO DE 1994 A 2002**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Kátia Regina Melo Pereira

Orientador: Prof. Roberto Meurer, Dr.

Área de Pesquisa: Macroeconomia

Florianópolis (SC), Agosto de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 para a aluna Kátia Regina Melo Pereira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Roberto Meurer, Dr.
Orientador

Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Marcos Alves Valente
Membro

AGRADECIMENTOS

Por vezes, achei que este momento nunca chegaria. Hoje a vitória é minha... E a Ti, meu Deus, toda honra e toda glória eternamente...

Agradeço ao meu esposo, que sempre se mostrou um verdadeiro amigo, me apoiando em todos os momentos nesta caminhada, abdicando da minha presença tão importante dentro do lar, me dando seu ombro amigo para lamentar-me das dificuldades que sempre apareceram ao longo desta jornada, apoiando-me em minhas decisões, compreendendo minhas angústias, e me envaidecendo com seus elogios a cada vitória, a cada avaliação recebida. Meu companheiro, meu cúmplice, sem você esta vitória não seria alcançada. Te amo.

Aos meus amados pais, pelo dom da vida, pela educação, pela dedicação e cuidados na infância, pelas noites mal dormidas, pelos ensinamentos que fizeram tornar-me uma pessoa vitoriosa.

Aos meus familiares, que sempre me deram força e estímulo para a conclusão deste curso.

Ao meu orientador, o Professor Dr^o Roberto Meurer, que sempre se mostrou disponível para me ajudar com sua experiência e seu conhecimento.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Economia e da secretaria de Cursos do CSE.

Aos meus colegas da Universidade, em especial minha sempre amiga Soraya. Grandes pessoas que tive a oportunidade de conhecer, que foram responsáveis pelos momentos de alegria e descontração nos intervalos das aulas, estarão sempre no meu coração.

Dedicatória

À minha amada filha Sara.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
1.1 OBJETIVOS.....	05
1.1.1 Objetivo geral.....	05
1.1.2 Objetivos específicos.....	06
1.2 METODOLOGIA.....	06
1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	07
2 POLÍTICAS ECONÔMICAS	08
2.1 CONCEITO.....	08
2.1.1 O mercado de bens e as curvas IS e LM.....	09
2.1.2 Oferta e demanda agregadas.....	13
2.2 POLÍTICA MONETÁRIA.....	17
2.3 POLÍTICA FISCAL.....	21
2.4 COMBINAÇÃO POLÍTICA MONETÁRIA E POLÍTICA FISCAL.....	24
2.5 POLÍTICA CAMBIAL.....	29
3 A INDÚSTRIA BRASILEIRA	36
4 A INDÚSTRIA CATARINENSE	48
5 CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento dos transportes e das comunicações o acesso aos processos de produção e as fontes de consumo aprimoraram-se, com a finalidade de atenderem uma clientela cada vez mais exigente quanto à qualidade dos produtos. Assim, as organizações têm procurado melhorar a qualidade de seus produtos, além de tentarem reduzir seus custos, adaptando-se as políticas econômicas que permeiam o mundo financeiro brasileiro. É neste cenário que as indústrias nacionais têm procurado vencer no competitivo mercado interno e, principalmente externo.

O Brasil é um país de tradição agrária, tendo em vista que desde o período colonial era reconhecido, internacionalmente por seus produtos agrícolas. Somente no século XX, observou-se um crescimento na produção industrial, salientando um aumento de 50% entre os anos de 1929 e 1937, entretanto os números ligados à indústria não eram significativos. (FURTADO, 2001).

No final da década de 50, o governo federal abriu as portas à indústria automobilística, o que impulsionou, definitivamente o setor industrial brasileiro. A partir daí, iniciou-se a diversificação da produção industrial brasileira.

Cumprir dizer que, segundo Furtado (2001), desde os primórdios da industrialização nacional observou-se uma tendência de concentração industrial na região sudeste, visto que esta se originou no Estado de São Paulo.

No entanto, o Estado de Santa Catarina tem demonstrado um grande potencial de crescimento em muitos setores da economia, dentre eles a agropecuária e a indústria de transformação que, segundo dados do IBGE (2006), em 2002, contribuíram 5,7% e 5,69%, respectivamente, no valor adicionado bruto

brasileiro, por atividade. Em função de sua formação histórica e disponibilidade de seus recursos naturais, o Estado tem bem definidas as regiões e suas vocações econômicas.

De acordo com dados da FIESC (2005), Santa Catarina, exportou US\$ 37 bilhões, o que equivaleu a 5% do total exportado pelo Brasil naquele ano. Estes números levaram o Estado a ocupar a 6ª posição no nível nacional.

Santa Catarina, atualmente possui um parque industrial constituído por 22 mil empresas que vão desde o setor alimentício, até o setor de motores, assinalando, ainda deste total que 7,5% são exportadoras.

Diante deste panorama, esta monografia pretende investigar a contribuição da economia catarinense para a economia brasileira, para tanto apresenta a questão de pesquisa que deverá ser respondida. Qual a contribuição da economia catarinense para a economia nacional?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar e comparar o desempenho da economia catarinense no contexto econômico nacional.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Levantar os dados estatísticos relativos ao desempenho da economia catarinense no período de 1994 a 2002;
2. Verificar o desempenho da indústria brasileira no período de 1994 a 2002;
3. Identificar quais os segmentos da indústria catarinense que mais contribuem para a economia nacional.

1.2 METODOLOGIA

A pesquisa caracterizar-se-á como eminentemente descritiva, pois objetivará obter informações sobre determinado fenômeno – setor industrial catarinense e brasileiro – o que possibilitará a associação de resultados a grupos correspondentes, sem, no entanto assumir um caráter explicativo. Conforme Gil (1991), o enfoque da pesquisa descritiva é buscar informações para promover ações, servindo para avaliar as características do fenômeno pesquisado.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é quantitativa, visto que seus métodos partem de dados estatísticos colhidos através de pesquisa em fontes primárias oficiais como IBGE, FIESC-CIN e Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio. (GIL, 1991).

Para obtenção dos secundários foi realizada uma pesquisa bibliográfica, envolvendo livros, artigos publicados em periódicos e documentos eletrônicos.

1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho é constituído por cinco capítulos. O primeiro apresenta o tema a ser estudado, os objetivos do estudo e a metodologia utilizada para pesquisá-lo.

O segundo capítulo enfoca as políticas econômicas que constituem a economia brasileira, ou seja, os conceitos sobre as políticas, monetária, fiscal e cambial.

O terceiro capítulo aborda a economia brasileira, seguida da economia catarinense no quarto capítulo.

O quinto capítulo encerra o trabalho com as conclusões da pesquisa e as recomendações para trabalhos futuros.

2 POLÍTICAS ECONÔMICAS

2.1 CONCEITO

A macroeconomia trata do comportamento da economia como um todo, ou seja, a macroeconomia, segundo Dornbusch e Fischer (1991), estuda e lida com a produção total de bens, com o crescimento do produto, com as taxas de inflação e desemprego, com a balança de pagamentos e com as taxas de câmbio.

Em um sentido amplo, a macroeconomia abrange o comportamento econômico e as políticas que afetam o consumo e o investimento. Neste trabalho serão abordadas três políticas – política monetária, fiscal e cambial - que, fundamentadas nos conceitos macroeconômicos, são responsáveis pela direção da economia nacional.

Neste contexto, observa-se que o sistema formado por instituições que podem criar moeda é chamado de sistema monetário. A base monetária é a soma do papel-moeda em poder do público com o total de reservas dos bancos comerciais. A base monetária é, então, igual ao total de moeda colocada em circulação pelo Banco Central.

Cabe dizer que as autoridades que executam a política monetária são responsáveis pela definição da taxa de juros básica da economia (referência para as taxas de juros de empréstimos e de crédito) e a quantidade de dinheiro circulante.

A política fiscal, por sua vez, pode ser definida como o conjunto de leis, regulamentos e providências de caráter impositivo que norteiam a ação governamental para garantir a arrecadação dos tributos cobrados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

Já, a política cambial serve como um instrumento para a política das relações comerciais e financeiras entre os países.

2.1.1 O mercado de bens e as curvas IS e LM

A Economia ao estudar as variáveis econômicas utiliza uma variedade de modelos. Um dos mais utilizados é o modelo IS-LM, desenvolvido por Sir John Hicks, em 1937, baseado no livro de John Maynard Keynes, publicado em 1936. (MISHKIN, 2000).

O modelo IS-LM explica de que forma as taxas de juros e o produto total produzido na economia são determinados, dado um nível fixo de preços. Este modelo ajuda a entender a maneira como a política monetária afeta a atividade econômica e interage com a política fiscal, de forma a produzir um determinado nível de produto agregado; como o nível das taxas de juros é influenciado pelas mudanças nos gastos com investimento, bem como pelas mudanças nas políticas monetárias e fiscais.

A relação entre o produto agregado de equilíbrio e a taxa de juros é conhecida como a Curva IS. Entretanto, a Curva IS não pode, sozinha, indicar o nível de produto agregado, nos casos onde a taxa de juro é desconhecida, assim é necessária uma outra relação, a Curva LM, que descreve as combinações das taxas de juros e o produto agregado para as quais a quantidade de moeda demandada equivale à quantidade de moeda ofertada. (MISHKIN, 2000).

O equilíbrio na economia pode ser observado quando se verifica no mercado de bens, que a demanda por bens e o nível de produto ao longo da Curva IS, são iguais, bem como a demanda e a oferta de moeda ao longo da Curva LM.

O objetivo da utilização da Curva IS é obter informações sobre as combinações de níveis de renda (Y) e de taxa de juros (r), que são os responsáveis pelo equilíbrio do mercado de bens e serviços, no que tange as relações:

$$\text{Poupança} = \text{investimento}$$

$$\text{Gastos planejados} = \text{renda}$$

A Curva IS traça os pontos em que a quantidade total de bens produzidos equivale à quantidade total de bens demandados, definindo os pontos em que o mercado de produtos se encontra em equilíbrio. (MISHKIN, 2000).

Mishkin (2000, p. 343) defende que a Curva IS “é um conceito útil porque o produto tende a se mover em direção aos pontos sobre a curva que satisfazem o equilíbrio do mercado de produtos”.

Neste contexto, Blanchard (2001) resume que a Curva IS representa a relação de equilíbrio no mercado de bens, desde que o produto seja uma função decrescente da taxa de juro.

Ainda, segundo Dornbusch e Fischer (1991), a inclinação da Curva IS depende da elasticidade do investimento à taxa de juros. Desta forma, quanto mais inclinada for a curva, mais inelástica (menos sensível) será em relação à taxa de juros (r), ou seja, menos o mercado de investimentos reagirá à taxa de juros e vice-versa.

Se a economia estiver localizada na área à direita da Curva IS ela apresenta uma oferta excedente de produtos. Essa oferta excedente de bens resulta em um acúmulo de estoque não planejado, o que faz com que o produto caia na Curva IS

Se a economia estiver localizada na área à esquerda da Curva IS, ela apresenta uma demanda excedente de produto. (MISHKIN, 2000).

De acordo com Mishkin (2000, p. 343),

[...] a taxa de juro mais baixa apresenta o nível mais elevado tanto de gasto em investimento planeado, quanto de exportações líquidas e, portanto, a função de demanda agregada mais elevada. Conforme a taxa de juros sobe, tanto o gasto em investimentos planejados quanto às exportações líquidas caem. Assim, a taxa de juros mais elevada leva ao nível mais reduzido de gastos em investimento planeado e exportações líquidas e, portanto ao menor nível de produto de equilíbrio.

Já a Curva LM é derivada de uma condição de equilíbrio no mercado monetário. Ela exige que a quantidade de moeda demandada seja equivalente à quantidade de moeda ofertada.

Desta forma, conforme Blanchard (2000, p. 95),

[...] o equilíbrio nos mercados financeiros implica que a taxa de juros seja função do nível de renda. Essa relação é representada pela curva LM. O aumento da moeda desloca a curva LM para baixo; a diminuição da moeda desloca a curva LM para cima.

De acordo com Mishkin (2000), na análise do modelo ISLM o nível de taxa de juros é determinado pelo equilíbrio no mercado monetário, no ponto que a quantidade da moeda demandada equivale à quantidade de moeda ofertada.

Dornbusch e Fischer (1991, p. 148), neste contexto, acrescentam que:

A curva LM, ou a curva de equilíbrio do mercado monetário, mostra todas as combinações de taxas de juros e níveis de renda nos quais a demanda por encaixes reais é igual à oferta. Ao longo da curva LM, o mercado monetário está em equilíbrio. A curva LM é positivamente inclinada. Um aumento na taxa de juros reduz a demanda por encaixes reais. Para manter a demanda por encaixes reais igual à oferta, o nível de renda tem que aumentar. Dessa forma, o equilíbrio do mercado monetário implica que um aumento na taxa de juros é acompanhado de um aumento no nível de renda.

Desta maneira, o aumento da oferta monetária força uma queda na taxa de juros, que por sua vez, estimula o investimento e a economia vai parar em Y' . Como pode ser observado na figura 1, que focaliza as Curvas LM e IS relacionando a taxa de juros e a renda.

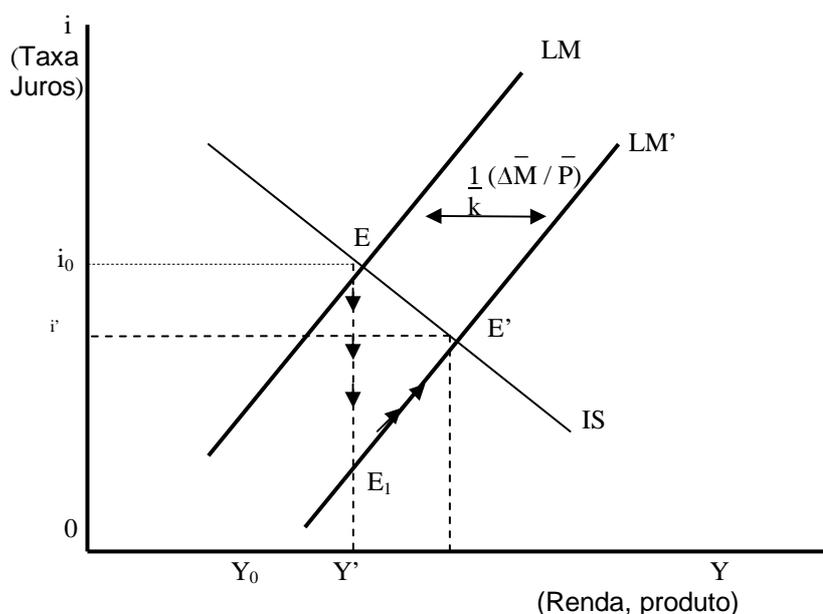


Figura 1 - O caminho de ajustamento da economia acompanhando o aumento no estoque monetário. Fonte: DORNBUSCH; FISCHER (1991).

Assim, observa-se que um aumento no estoque real de moeda desloca a Curva LM para baixo e para a direita. As taxas de juros declinam, imediatamente de E para E_1 e, então, através do seu efeito sobre o investimento, faz com que os gastos e a renda aumentem até um novo ponto de equilíbrio a ser alcançado em E' . Uma vez que todos os ajustamentos ocorrem, um aumento no estoque real de moeda aumenta a renda de equilíbrio e diminui as taxas de juros de equilíbrio.

Neste sentido, é possível destacar que a Curva LM traça os pontos que satisfazem a condição de equilíbrio entre a quantidade de moeda demandada e a quantidade de moeda ofertada, sendo que para cada dado nível de produto

agregado, a Curva LM indica qual deve ser a taxa de juros para que haja equilíbrio no mercado monetário. (MISHKIN, 2000).

Desta forma, conforme aumenta o produto cresce a demanda por moeda e sobem as taxas de juros, o que equilibra o mercado monetário.

Neste contexto, Mishkin (2000, p. 346), afirma que “assim, como a economia tende a se mover em direção aos pontos de equilíbrio representados pela Curva IS, ela também se move em direção aos pontos de equilíbrio sobre a Curva LM”.

Se a economia estiver localizada na área à esquerda da Curva LM existe uma oferta excedente de moeda. Se a economia estiver localizada na área à direita da Curva LM há uma demanda excedente por moeda, onde a taxa de juros está abaixo do nível de equilíbrio e onde as pessoas querem reter mais moeda do que possuem no momento.

Desta maneira, com o intuito de adquirir dinheiro (líquido) são vendidos títulos, o que faz com que os preços desçam e a taxa de juros suba. Este processo só finalizará quando a taxa de juros chegar ao ponto de equilíbrio na Curva LM.

2.1.2 Oferta e demanda agregadas

Segundo Mishkin (2000), a demanda agregada é a quantidade total dos bens e serviços finais de uma economia demandados em níveis diferentes de preços. Já a oferta agregada é a quantidade total de bens e serviços que as empresas na economia desejam vender em níveis diferentes de preços. A quantidade real de produto e o nível de preço são determinados obtendo-se o equilíbrio entre demanda e oferta agregada.

Assim, o nível de equilíbrio entre produção e preços numa economia é determinado pela interação da oferta e da demanda agregadas.

Dornbusch e Fischer (1991, p 27) definem que “a demanda agregada é a demanda total por bens e serviços na economia”. Neste sentido, ela relaciona os gastos em bens e serviços com o nível de preços. Desta maneira, se não há limitações à produção, ou aumento de gastos, ou mesmo aumento na demanda agregada, o produto e o emprego crescerão com pequenos efeitos sobre os preços. Porém, se a economia estiver próxima ao pleno emprego, aumentos na demanda agregada acarretarão preços mais altos ou inflação.

No seguimento do sistema é introduzida a oferta agregada da economia, definida por Dornbusch e Fischer (1991, p 26), como sendo responsável por “[...] especificar a relação entre o volume de produto das empresas e o nível de preços” Assim, quanto menor o preço, menor a quantidade de bens que os produtores vão querer vender.

Neste sentido, a relação de oferta agregada capta os efeitos do produto sobre o nível de preços. Já a demanda agregada capta o efeito do nível de preços sobre o produto, sendo deduzida do equilíbrio nos mercados de bens e financeiros.

Mishkin (2000), salienta que as mudanças na oferta da moeda são a fonte principal das mudanças no gasto agregado e dos deslocamentos na curva de demanda agregada. De forma que, o aumento na oferta de moeda desloca a curva de demanda agregada para fora, conseqüentemente uma queda na oferta de moeda reduz o gasto agregado, diminuindo a quantidade de produto agregado demandado para cada nível de preço, logo uma queda na oferta de moeda desloca a curva de demanda para a esquerda.

Em conformidade com Mishkin (2000, p. 364), é possível destacar quatro componentes ao analisar a demanda agregada:

- Gastos do consumidor: total de demanda por bens de consumo e serviços;
- Gastos com investimento planejado: total de gastos planejados por empresas em novas máquinas, fábricas e outros insumos à produção, mais os gastos planejados em novas residências;
- Gastos governamentais: despesas em todos os níveis de governo (federal, estadual, municipal) em bens e serviços (funcionários, material de escritório, computadores, armamento);
- Exportações líquidas: gasto estrangeiro líquido em bens e serviços domésticos, igual às exportações menos as importações.

Assim, por exemplo, se o governo gastar mais ou se aumentarem às exportações líquidas a demanda agregada sobe e a curva de demanda agregada se desloca para a direita. Já uma redução dos impostos aumenta a renda dos consumidores para gastar, à medida que os gastos dos consumidores sobem, a demanda agregada também sobe e a curva de demanda agregada se desloca para a direita.

Blanchard (2001, p. 142) acrescenta que:

[...] deduzimos a relação demanda agregada, a segunda das duas relações¹ necessárias para caracterizar o equilíbrio. Esta relação decorre do equilíbrio nos mercados de bens e financeiro. Diz que o nível de produto é uma função decrescente do nível de preço e é representada por uma inclinação descendente. Mudança na política monetária ou fiscal – ou de modo mais geral, em qualquer fator que desloque as curvas IS ou LM – desloca a curva da demanda agregada para a direita ou para a esquerda.

¹ A outra é da oferta agregada.

A oferta agregada se caracteriza pela relação onde o aumento no nível de preços, aumenta a quantidade de produto em oferta, em curto prazo. Mishkin (2000, p. 365) enfatiza que:

Como o objetivo de qualquer empresa é maximizar os lucros, a quantidade de produtos em oferta é determinada pelo lucro feito em cada unidade de produto. Se o lucro aumentar, mais produtos serão manufaturados e a quantidade de produtos ofertados aumentará, se cair será produzida uma menor quantidade de produtos e a quantidade de produtos ofertados irá cair.

O nível de equilíbrio do produto agregado e o nível de preços ocorrem no ponto onde a quantidade de produto agregado demandado equivale à quantidade de produto agregado ofertado.

Lembrando que uma política monetária expansionista leva no curto prazo o aumento no estoque real de moeda, à diminuição da taxa de juro e ao aumento do produto. Entretanto, com o tempo o nível de preços pode aumentar, provocando a redução do estoque real de moeda até que o produto retorne ao seu nível natural.

Já no médio prazo, é possível dizer que a moeda é neutra, isto é, não há impacto no produto e as variações do estoque de moeda refletem em aumentos proporcionais no nível de preços. (BLANCHARD, 2001).

Neste contexto, cumpre enfatizar que as flutuações do produto estão intimamente relacionadas aos choques sofridos pela oferta ou pela demanda agregada, sendo que estes choques podem consistir em deslocamentos decorrentes da confiança do consumidor, ou pela variação da demanda estrangeira, além de poderem ser frutos de mudanças de política, como a criação de uma nova lei tributária ou o estabelecimento de um novo programa de investimento em infraestrutura, ou até mesmo por uma decisão do Banco Central.

2.2 POLÍTICA MONETÁRIA

A definição dos objetivos para a política monetária é um tema controvertido, que envolve diversas discussões, sendo que a aceitação desta ou daquela hipótese teórica tem conseqüências diretas sobre a política monetária, já que resulta em aceitar ou não que esta afeta a longo prazo as variáveis econômicas, como nível de produto e de emprego, ou se afeta apenas as variáveis nominais como a inflação.

Carvalho *et al* (2000) aponta como instrumentos da política monetária os métodos e meios usados na operacionalização desta política que afetam diretamente às variáveis operacionais, com vistas a alcançar as metas intermediárias desejadas.

Neste contexto, Dornbusch e Fischer (1991) destacam como os principais instrumentos da política monetária:

- **Fixação da Taxa de Reservas:** As reservas bancárias são constituídas pela soma dos depósitos voluntários e compulsórios dos bancos junto às autoridades monetárias, pelo papel-moeda e moedas metálicas mantidos em caixa. Quando o BACEN aumenta a taxa das reservas compulsórias que os bancos comerciais devem manter, a sua ordem fica reduzida à proporção dos depósitos que pode ser convertida em empréstimos, diminuindo assim, a quantidade de moeda na economia. Inversamente, se o BACEN reduz a taxa de reservas, as disponibilidades para empréstimos aumentam;
- **As Operações de Redesconto:** São instrumentos que consistem na concessão de assistência financeira de liquidez aos bancos comerciais. O controle dos meios de pagamento por intermédio do redesconto resulta da

alteração das taxas de juros cobradas pelo BACEN, pela mudança dos prazos concedidos aos bancos comerciais para resgate dos títulos redescontados, pela fixação dos limites da operação ou, ainda, pela restrição dos tipos de títulos redescontáveis;

- As Operações de Mercado Aberto: Constituem num instrumento mais ágil e de reflexos mais rápidos. A flexibilidade desse instrumento é tal que pode ser, eficazmente usada para regular, no dia-a-dia, a oferta monetária e a taxa de juros.

A política monetária se relaciona com as demais políticas econômicas e a sua influência direta sobre a taxa de juros gera importantes conseqüências no comportamento de toda a economia, já que desempenha um importante papel na determinação do produto.

A curto prazo a política monetária afeta tanto o produto quanto sua composição, nesta visão Blanchard (2001) acrescenta que a expansão monetária provoca a queda da taxa de juros e a depreciação da moeda, que por sua vez provocam o aumento da demanda por bens e o aumento do produto. Este autor ainda afirma que:

No médio e longo prazo, a política monetária é neutra. Variações do estoque de moeda acabam por provocar aumentos proporcionais dos preços deixando inalterados o produto e o desemprego. As variações da taxa de expansão da moeda acarretam variações correspondentes para expansão monetária. As variações da taxa de expansão da moeda acarretam variações correspondentes da taxa de inflação (BLANCHARD, 2001, p. 551).

O Banco Central ao adotar medidas monetárias define a quantidade de dinheiro em circulação no país e, conseqüentemente o tamanho da base monetária, podendo inibir a criação de moeda pelos bancos comerciais, de modo que é possível

citar que o Banco Central pode controlar a liquidez da economia (CARVALHO *et al*, 2000).

O governo poderá atingir o nível da renda de pleno emprego utilizando a política monetária, através da expansão monetária que reduz a taxa de juros e aumenta o investimento; e pela redução do compulsório dos bancos.

Deste modo, é possível afirmar que ao final deste processo são efeitos da política monetária:

- O crescimento da economia;
- O crescimento do consumo privado;
- O aumento na participação do setor privado no PIB nacional;
- A redução da participação, em termos relativos, do governo no PIB, embora se mantenha em níveis absolutos.

Entretanto, cumpre dizer que a atuação da política monetária sobre a economia não é rápida. Carvalho *et al* (2000, p. 120) explica que “[...] entre o momento da decisão política e a consecução ou não dos seus objetivos decorre, assim, um longo período de tempo em que a autoridade monetária não sabe o impacto efetivo de suas ações”.

É neste sentido que o Banco Central estabelece metas intermediárias para servirem de sinalizadores para esta instituição identificar se a política monetária está fazendo o efeito pretendido. Desta maneira, as metas intermediárias funcionam como indicadores de política monetária, tendo em vista que fornecem ao Banco Central informações imediatas e contínuas, importantes para verificar se os instrumentos estão tendo o impacto necessário.

Carvalho *et al* (2000, p. 120) aponta as duas metas intermediárias, normalmente, estabelecidas:

- Taxa de juros de longo prazo;
- Agregados monetários: inclui várias medidas de volume de moeda ou de crédito bancário.

Já as metas operacionais referem-se as variáveis, que são resultado direto da operacionalização de um instrumento de política monetária. Carvalho *et al* (2000, p. 121) destaca dois tipos de metas operacionais:

- Determinação da taxa de juros básica (de curto prazo);
- Controle das reservas agregadas

Embora seja importante destacar que o Banco Central não pode controlar, simultaneamente, a taxa de juros básica e o nível de reservas bancárias.

No Brasil a taxa de juros básica, definida como meta a ser seguida pela taxa SELIC², é definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, com a participação do presidente do Banco Central, os sete diretores da instituição e outros cinco chefes de departamento.

² Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

2.3 POLÍTICA FISCAL

A política fiscal é um dos instrumentos utilizados pelo governo no desenvolvimento de sua política econômica, sendo que também ela é usada para neutralizar as tendências à depressão e à inflação.

A política fiscal afeta a demanda agregada e tem um impacto sobre a produção e sobre a renda. Porém, variações na renda afetam a demanda por moeda e, desta forma, as taxas de juros de equilíbrio no mercado de ativos. Estas variações na taxa de juros se refletem no mercado de bens e diminuem o impacto da política fiscal. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 174).

Assim, mudanças na política fiscal deslocam a curva IS. Especialmente, uma expansão fiscal desloca a curva IS para fora e para a direita.

Importante salientar que, segundo Carvalho *et all* (2000) a taxa de juros de curto prazo é o resultado do confronto entre a oferta de reservas, definida pelas atuações do Banco Central nas operações compromissadas e operações definitivas e o saldo do fluxo de entrada e de saída de dinheiro para o sistema bancário.

Neste contexto, Blanchard (2001, p. 84) acrescenta que:

Os bancos centrais afetam a taxa de juros, sobretudo por intermédio das operações de mercado aberto. A compra de títulos de dívida (que equivale ao aumento da oferta de moeda) acarreta o aumento do preço dos títulos de dívida e, em contrapartida, a diminuição da taxa de juros. A venda de títulos de dívida (que equivale à diminuição da oferta de moeda) provoca a diminuição do preço dos títulos e, em contrapartida, o aumento da taxa de juros.

À taxas de juros fixas, os níveis mais altos de gastos do governo aumentarão o nível de demanda agregada. Para suprir a demanda maior por bens, à produção tem que aumentar.

A política fiscal exerce um efeito tanto através da alíquota de impostos sobre as empresas, como do incentivo fiscal para investimentos.

Uma política de altos impostos agregados a baixos gastos do governo mantém a taxa de juros real baixa e estimula a demanda por capital. Uma política de baixos impostos e altos gastos do governo que produza grandes déficits aumenta a taxa real de juros e desestimula a demanda por capital. DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 365).

Neste contexto, cumpre dizer que o excesso de demanda por bens leva as empresas a aumentarem a produção, o que, associado ao aumento da renda, acaba por aumentar a demanda por moeda e o aumento na taxa de juro. Já o aumento da oferta de moeda causa a diminuição da taxa de juros.

Dornbusch e Fischer (1991) classificam a política fiscal em expansiva e restritiva, a saber:

- Política Fiscal Expansiva: é usada quando há uma insuficiência de demanda agregada em relação à produção de pleno – emprego, o que acarretaria no chamado "hiato deflacionário", onde estoques excessivos se formariam, levando empresas a reduzir a produção e seus quadros de funcionários, aumentando o desemprego;
- Política Fiscal Restritiva: é usada quando a demanda agregada supera a capacidade produtiva da economia, no chamado "hiato inflacionário", onde os estoques desaparecem e os preços sobem.

A expansão fiscal, exceto em circunstâncias extremas, leva a uma expansão da renda. Entretanto, o aumento nas taxas de juros que advém do aumento na demanda por moeda, causado pelo aumento da renda, diminui a expansão. Uma

expansão fiscal, pelo fato de levar a taxas de juros mais altas, desloca investimentos privados.

Ao considerar a armadilha da liquidez³, isto é, quando a curva LM é horizontal

Não há nenhuma variação na taxa de juros associada à variação nos gastos do governo e, portanto, nenhuma diminuição nos gastos com investimento. Dessa forma, não há nenhuma diminuição dos efeitos dos gastos incrementados do governo sobre a renda. . (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 177).

A política fiscal opera de uma maneira que depende precisamente de quais bens o governo compra (por exemplo, gastos com defesa) ou de quais impostos e transferências (como por exemplo, a redução no imposto sobre os lucros das empresas ou, ainda, de contribuições de previdência) ele modifica.

Logo,

Cada política afeta o nível de demanda agregada e provoca uma expansão na produção, porém a composição do aumento da produção depende da política específica. Um corte no imposto de renda tem um efeito direto sobre os gastos com consumo. Todas as políticas fiscais expansionistas aumentarão as taxas de juros, se a quantidade de moeda permanecer fixa. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 183).

A política fiscal é mais eficiente, quanto menores forem às variações induzidas nas taxas de juros e quanto menor for a sensibilidade do investimento a estas variações nas taxas de juros.

³ Quando a economia está com níveis altos de desemprego, e com um nível de taxa de juros muito baixo, toda eventual expansão monetária será retida para fins especulativos, não sendo aplicada na atividade produtiva. Trata-se de uma situação, apontada por Keynes, na qual a política monetária seria totalmente ineficaz para promover aumento da renda e do emprego.

2.4 COMBINAÇÃO POLÍTICA MONETÁRIA E POLÍTICA FISCAL

Nos tópicos anteriores foram demonstrados que mudanças de política monetária e fiscal têm diferentes efeitos sobre a composição da produção. Entretanto, cabe salientar que, na prática, freqüentemente, estas duas políticas são usadas juntas, sendo que a esta junção denomina-se combinação das políticas monetária e fiscal, ou, combinação de políticas.

Segundo Blanchard (2001, p. 101),

Às vezes, as políticas monetária e fiscal são utilizadas com um objetivo comum. A combinação das políticas monetária e fiscal surge às vezes de tensões ou mesmo de discordâncias entre o governo (encarregado da política fiscal) e o banco central (encarregado da política monetária). O cenário típico desse desentendimento é aquele em que o banco central, por discordar do que considera uma expansão fiscal perigosa, vale-se da contração monetária para compensar alguns dos efeitos da expansão fiscal sobre a atividade.

Observa-se que um aumento nos gastos do governo leva a um aumento incipiente na demanda agregada e na renda, mas quase que imediatamente eleva a demanda por moeda.

Com a oferta monetária fixa, as taxas de juros irão subir para equilibrar o mercado monetário. Como as taxas de juros aumentam por causa de excesso de demanda por moeda, os gastos com investimento caem. A queda nos gastos com investimento compensa exatamente o aumento dos gastos do governo e o nível de renda fica fixo. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p 196).

No caso clássico, a demanda por moeda é independente da taxa de juros. Neste caso, as variações no estoque monetário fazem a renda variar. No entanto, a política fiscal, não tem nenhum efeito sobre a renda, já que sob esta ótica, ela afeta somente a taxa de juros.

Cumprir dizer que este “caso clássico”, na realidade não ocorre, já que nesta abordagem os economistas, do século XIX, não davam ênfase à sensibilidade-juro da demanda por moeda. Para estes economistas, a demanda por moeda depende somente do nível de renda. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

Segundo Dornbusch e Fischer (1991), as políticas fiscal e monetária podem ser usadas para expandir a demanda e aumentar o nível de equilíbrio da produção.

Desta forma, a expansão monetária reduz a taxa de juros, aumenta a produção e também o nível de investimento, já uma expansão fiscal aumenta a taxa de juros, aumentando também a produção, mas reduzindo o nível de investimento.

Seguindo esta abordagem, uma combinação de políticas com expansão fiscal e com acomodação monetária levará a uma posição intermediária.

O reconhecimento de que as mudanças de política monetária e fiscal têm diferentes efeitos sobre a composição da produção é importante. Ele sugere que os responsáveis por políticas econômicas podem escolher uma combinação de políticas que não só levará a economia ao pleno emprego, mas também contribuirá para a solução de outros problemas de política econômica. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 185).

Conforme Dornbusch e Fischer (1991), a escolha da posição a ser adotada dependerá das preferências políticas dos governos, ou seja, depende se os seus objetivos priorizam o crescimento econômico ou o aumento de consumo.

Mishkin (2000) assevera que o modelo IS-LM indica que tanto a política monetária, como a fiscal influencia o produto agregado. Deste modo, podem ser consideradas como os principais instrumentos à disposição do governo para calibrar a demanda agregada, e assim estabilizar renda, emprego e preços.

A figura 2 demonstra as Curvas IS e LM, em políticas expansionistas.

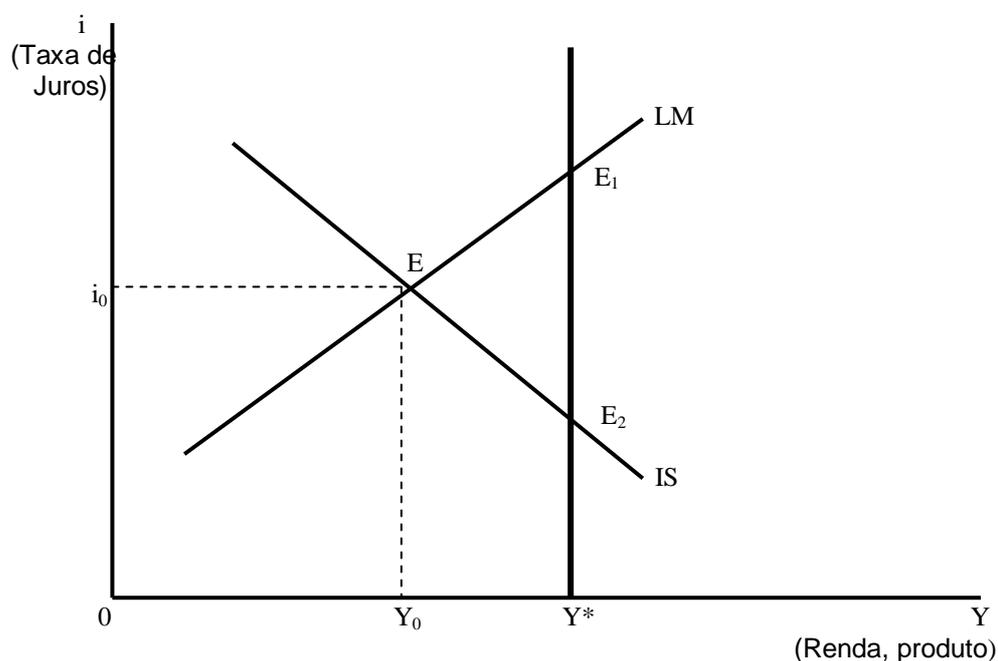


Figura 2 - Políticas expansionistas e a composição da produção.
Fonte: DORNBUSCH; FISCHER (1991).

Em uma economia com produção Y_0 , abaixo do nível de pleno emprego, Y^* , há uma escolha entre o uso de uma expansão fiscal ou monetária para levar a economia para o pleno emprego. A expansão monetária moveria a Curva LM para a direita, levando para o ponto de equilíbrio E_2 . A expansão fiscal desloca a Curva IS, levando para o ponto de equilíbrio E_1 . Assim, a política monetária expansionista reduz a taxa de juros, enquanto a política fiscal expansionista as aumenta. A taxa de juros mais baixa, no caso da política monetária significa que o investimento é maior em E_2 do que em E_1 . (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 185).

Sobre este mesmo tema, Blanchard (2001, p. 109) acrescenta que:

Parece que o modelo IS-LM descreve bem o comportamento da economia no curto prazo. Particularmente os efeitos da política monetária parecem ser semelhantes àqueles verificados aplicando-se o modelo IS-LM, uma vez que nele se introduza a dinâmica. O aumento da taxa de juros devido à

contração monetária acarreta uma queda constante do produto ao longo do tempo, sendo que o efeito máximo ocorre ao fim de aproximadamente oito trimestres.

Mishkin (2000) ressalta que considerando os efeitos das políticas, fiscal e monetária, é possível afirmar que um governo pode tirar uma economia da recessão, implementando uma série de medidas como: mudança na oferta da moeda, controlando os gastos governamentais, etc. Entretanto, a dificuldade está na escolha da medida a ser implantada.

Para Dornbusch e Fischer (1991, p. 198),

[...] os governos têm que escolher a combinação ótima de acordo com os seus objetivos de crescimento econômico ou de aumento de consumo ou, ainda, pelo ponto de vista de suas crenças sobre o tamanho desejável do governo.

No que tange a armadilha da liquidez⁴, a política monetária não tem nenhum impacto sobre o equilíbrio da economia e a política fiscal tem um efeito máximo.

Quando a oferta monetária for sensível à taxa de juros, o Bacen pode aumentar esta oferta enquanto houver sinais de um aumento na taxa de juros, bem como pode reduzir a oferta monetária quando a taxa de juros tender a cair. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

Sachs e Larrain (1998, p. 78) apontam que há dois tipos de choques que podem atuar na macroeconomia:

- Os distúrbios da demanda por alterações fiscais e monetárias e mudanças no investimento privado;

⁴ Expressão utilizada por Dornbusch e Fischer (1991, p. 197) para se referir a um contexto onde a moeda e outros ativos são efetivamente perfeitos substitutos. Onde o gasto autônomo determina inteiramente o nível de renda real. Neste tipo de economia a moeda não importa para a determinação da renda, porque a demanda por moeda é muito sensível às taxas de juros.

- Choques de oferta que incluem as alterações tecnológicas e as flutuações de preço de insumos

Observa-se, desta maneira, que alterações nas políticas fiscais e monetárias atuam diretamente no equilíbrio da economia.

Cumprir dizer que no caso de não haver inflação, as variações nas taxas de juros podem ser usadas para julgar as variações no custo de financiamentos pessoais ou empresariais. Entretanto, quando há inflação é necessário distinguir entre taxas de juros nominais e reais.

Neste contexto, as decisões de investimento dependem da inflação ajustada ou das taxas de juros reais. Assim, é possível dizer que a taxa de juros real é a taxa nominal (estabelecida) menos a taxa de inflação. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

Assim, estes autores defendem que:

A política monetária está se acomodando quando, no decorrer de uma expansão fiscal, a oferta monetária é aumentada com o objetivo de prevenir um aumento das taxas de juros. A acomodação monetária também é referida como monetização dos déficits orçamentários, o que significa que o Banco Central imprime moeda para comprar títulos com os quais o governo paga pelo seu déficit. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 180).

De acordo com Dornbusch e Fischer (1991), todas as políticas aumentam a produção, mas diferem significativamente no que tange aos seus impactos em diferentes setores da economia. Neste sentido, observa-se que:

Os conservadores argumentam a favor do corte nos impostos sempre. Eles favorecem políticas de estabilização que cortem impostos em uma recessão e que cortem os gastos do governo em períodos de recuperação. Ao longo do tempo, dados ciclos suficientes, o setor governamental torna-se muito pequeno, como os conservadores desejam que ela seja. O ponto de vista contrário pertence àqueles que acreditam que haja um campo de atividade externo para os gastos do governo em educação, meio ambiente, treinamento e reabilitação profissionais, e que, da mesma forma, favorecem políticas expansionistas na forma de maiores gastos do governo. O *lobby* da

construção, e de pessoas que desejam o crescimento econômico, argumentam ao favor de políticas expansionistas que operem através de taxas de juros baixas. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 184-185.)

Diante desta abordagem, Dornbusch e Fischer (1991, p. 195) afirmam que o multiplicador da política fiscal⁵ mostra quando um aumento nos gastos do governo modifica o nível de equilíbrio da renda, mantendo a oferta monetária real constante. Já, “[...] o multiplicador da política monetária mostra quanto de aumento na oferta monetária real aumenta o nível de equilíbrio da renda, mantendo a política fiscal sem modificações”.

De acordo com estes conceitos, observa-se que a combinação de políticas fiscais e monetárias é necessária porque a política monetária expansionista reduz a taxa de juros. Da mesma forma, a política expansionista fiscal aumenta a produção enquanto reduz o nível de investimento e a política monetária expansionista aumenta a produção e também o nível de investimentos.

2.5 POLÍTICA CAMBIAL

A taxa de câmbio é por si só uma variável importante na política econômica, sendo que o regime cambial adotado tem maiores chances de se adequar a uma economia se esta estiver apoiada em fundamentos econômicos, monetários e fiscais, sólidos. Apesar disto, a escolha do regime cambial por si só afeta a vulnerabilidade da economia frente a crises externas.

⁵ Dornbusch e Fischer (1991, p. 194) definem como multiplicador os indicadores da relação precisa entre as variações da política fiscal, ou as variações no estoque monetário real e as resultantes de mudanças na renda de equilíbrio.

A política cambial estabelece a taxa de câmbio – valor da moeda nacional em relação à outra moeda nacional, ou seja, a taxa pela qual, duas moedas de países diferentes podem ser trocadas.

Segundo Carvalho *et al* (2000, p. 409),

Um regime cambial é definido, fundamentalmente, pela regra estabelecida para a formação da taxa de câmbio. Outras regras também são importantes para determinar o *modus operandi* do mercado de câmbio e as relações entre este e o mercado monetário, cabendo destacar as regras relativas ao grau de conversibilidade da moeda doméstica, isto é, o grau de liberdade que os residentes de um país têm para adquirir moeda estrangeira com moeda doméstica para diferentes finalidades.

No Brasil, taxa de câmbio é considerada o preço da moeda estrangeira representada pelo quociente moeda local/moeda estrangeira. Neste sentido, uma elevação da taxa de câmbio corresponde a um aumento do preço da moeda estrangeira e, portanto, a uma desvalorização da moeda doméstica. (CARVALHO *et al*, 2000).

Na política cambial é possível reconhecer alguns conceitos, como:

- Taxa de câmbio fixa: aquela em que o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira é dado e o equilíbrio do mercado é obtido através da compra e venda de divisas (moeda/ativo de aceitação internacional) pelo Banco Central. Para isso, tem que manter reservas de moeda estrangeira;
- Taxa de câmbio flutuante: o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira oscila livremente para garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda de divisas num sistema de flutuação sem intervenção do Banco Central. Sob flutuação controlada, o Banco Central intervém comprando ou vendendo moeda estrangeira na tentativa de influenciar a taxa de câmbio;

- Desvalorização da moeda: Quando o poder de compra da moeda nacional cai em relação à de outro país;
- Valorização da moeda: Quando o poder de compra da moeda nacional cresce em relação à de outro país.

Ainda observa-se que, à margem da lei, funciona um segmento denominado mercado paralelo, mercado negro, ou câmbio negro. Neste mercado, todos os negócios são realizados com a posse de moeda estrangeira, sem origem justificada.

As pessoas (físicas ou jurídicas) que utilizam este mercado têm a necessidade de não aparecer. Estas operações são ilegais, sujeitando o cidadão ou a empresa às penas da lei.

No comércio internacional parte da demanda da produção nacional vem do exterior e parte dos gastos dos residentes é efetuada em bens estrangeiros. Essa troca depende da taxa de câmbio real e dos níveis de renda do Brasil e do exterior.

Neste sentido, Dornbusch e Fischer (1991, p.244) acrescentam que “um aumento na taxa de juros doméstica relativa à taxa de juros do resto do mundo leva a uma entrada de capital que pode financiar o déficit da conta corrente”.

Conforme Carvalho *et al* (2000, p. 409),

Um regime de flutuação cambial pura, ou de câmbio perfeitamente flexível, é caracterizado pelo fato de que a taxa de câmbio é determinada, exclusivamente, através da operação das forças de mercado.

Um regime de câmbio fixo é aquele em que uma paridade entre moeda doméstica e a estrangeira é estabelecida através de uma decisão do governo ou de uma lei.

Ressalta-se que a manutenção da taxa de câmbio no nível fixado torna-se uma responsabilidade das autoridades monetárias, de modo que o Banco Central precisa dispor de reservas internacionais para intervir no mercado de câmbio e com

isso garantir a manutenção da paridade fixa. Carvalho *et al* (2000, p. 411), lembra que:

[...] com sua intervenção o Banco Central evita que o mecanismo de preços (isto é, a variação cambial) elimine o desequilíbrio entre oferta e demanda, o governo terá que acionar outros instrumentos para corrigir este desequilíbrio entre oferta e demanda, o governo terá que acionar outros instrumentos para corrigir este desequilíbrio, isto é, para fazer o ajustamento do balanço de pagamentos.

Logo, é possível distinguir como principal diferença entre os dois regimes (fixo e flutuante) a responsabilidade da fixação da taxa de câmbio, que no flutuante é o mercado e no fixo são as autoridades monetárias.

Blanchard (2001, p.454) assinala que:

Mesmo com um regime de câmbio fixo, os países podem ajustar a sua taxa de câmbio real no médio prazo, apoiando-se nos ajustamentos do nível de preço. Contudo, o ajustamento pode ser prolongado e doloroso. Os ajustamentos da taxa de câmbio nominal, podem em princípio, permitir um ajuste mais rápido e reduzir o sofrimento.

No entanto, este autor lembra que:

Taxas de câmbio flexíveis permitem ao Banco Central usar tanto a taxa de juros quanto a taxa de câmbio com objetivos macroeconômicos. O câmbio fixo e a perfeita mobilidade do capital eliminam o escopo para usar tanto a taxa de câmbio quanto a taxa de juro. Embora seja verdadeiro que taxas de câmbio flexíveis estejam freqüentemente associadas à ampla flutuação da taxa de câmbio, o que torna difícil para o banco central estabilizar a economia. (BLANCHARD, 2001, p. 454).

Numa situação de perfeita mobilidade de capital, sob taxas de câmbio fixas, a política monetária pode afetar a produção.

Qualquer tentativa para reduzir a taxa de juros doméstica aumentando o estoque monetário levaria a uma grande saída de capital, tendendo a causar uma depreciação que o banco central, então, tem que compensar, comprando moeda doméstica em troca de moeda estrangeira. Sob taxas de

câmbio fixas com mobilidade de capital o banco central não pode promover uma política monetária independente. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991, p. 244).

Na mesma situação de perfeita mobilidade de capital, porém, sob o sistema de taxa de câmbio flutuante, uma expansão monetária aumenta o produto, melhora a balança comercial e deprecia o comércio, de modo que uma expansão fiscal não muda o produto, mas diminui as exportações líquidas e aprecia o câmbio. Nesse caso, a eficiência da política fiscal se dá sob taxas de câmbio fixas, enquanto que a eficiência da política monetária se dá sob taxas de câmbio flutuantes.

Neste contexto, Dornbusch e Fischer (1991, p.245) asseveram que:

Se uma economia, com taxas flutuantes, encontra-se com desemprego, o Banco Central pode intervir para depreciar a taxa de câmbio e melhorar a balança comercial e a demanda agregada. Tais políticas são conhecidas como “políticas de empobrecer a vizinhança”, porque o aumento na demanda pela produção doméstica é viabilizado às custas da demanda por bens estrangeiros.

Assim, cabe aos governantes zelar por uma política cambial responsável que não penalize a população e nem torne as empresas nacionais menos competitivas no mercado internacional, todavia deve respeitar as outras nações em suas políticas.

Sob esta ótica Blanchard (2001, p. 411) defende que “na medida em que cuidam tanto do nível do produto quanto da balança comercial, os governos têm que adotar políticas tanto na área fiscal quanto na de câmbio”.

No caso específico do Brasil cumpre dizer que até o início do Plano Real, em 1994, era adotado um regime de minidesvalorizações cambiais passivas, com breves interregnos associados a planos “fracassados” de estabilização.

De acordo com Carvalho *et all* (2000), na economia brasileira, com o Plano Real foi adotada a política de âncora cambial, num sistema de *crawling peg* ativo, onde o Banco Central desvalorizava, em intervalos de curto espaço de tempo, a taxa

de câmbio nominal a um ritmo quase sempre em torno de 0,6% no mês, independentemente do nível de inflação. Ressalta-se que estas

[...] minidesvalorizações ativas ocorreram até meados de janeiro de 1999 quando, após uma intensificação da perda de reservas que vinha ocorrendo já há muitos meses, o Banco Central deixou o real flutuar. Desde então o Brasil encontra-se num regime de câmbio flutuante. (CARVALHO *et al*, 2000, p. 423).

Neste contexto, estes autores enfatizam que a determinação da taxa de câmbio não está muito clara nos documentos oficiais brasileiros, sendo que somente a responsabilidade da intervenção para limitar a volatilidade está objetivamente prevista.

Estes autores, ainda acrescentam que na economia brasileira:

[...] o estabelecimento em julho de 1999 da política de metas inflacionárias, juntamente com a avaliação, pelo Banco Central, de que variações da taxa de câmbio constituem um fator importante na determinação da inflação esperada, ampliou o leque de justificativas para intervenções no mercado de câmbio, a partir de determinadas cotações. (CARVALHO *et al*, 2000, p. 424).

Assim, no regime atual de câmbio as operações de compra e venda de moeda estrangeira são realizadas entre o público e as instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio.

Salienta-se que o Banco Central não é obrigado a fornecer ao mercado as divisas requeridas para preencher um eventual hiato entre oferta e demanda de moeda estrangeira.

Diante da exposição destes argumentos percebe-se que a economia depende das políticas monetárias, fiscais e cambiais adotadas pelo governo, já que através delas se poderá controlar as reservas nacionais, o poder de renda da população

entre outros. De forma que ao estudar a influência destas políticas se torna possível explicar os impactos sofridos pela economia que refletem no dia-a-dia da população.

3 A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Da década de 50 até a década de 70 observou-se um rápido crescimento e a ampla diversificação da estrutura industrial brasileira. No entanto, ao iniciar os anos 80, o Brasil entrou numa grave e prolongada crise financeira, que se caracterizou pelo baixo crescimento da produção, pela perda da competitividade da indústria nacional e pela mudança na orientação da política industrial em direção a abertura comercial. Assim, até o fim dos anos 90 verificou-se uma crise na base industrial brasileira.

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todas as riquezas finais produzidas em uma determinada região ou parcela da sociedade durante um período determinado. Neste sentido, é possível observar na tabela abaixo as variações durante os anos de 1990 a 2005 e os reflexos dos planos econômicos de combate à inflação.

Tabela 1: Produto Interno Bruto do Brasil a preço de mercado corrente

Ano	(R\$mil)	(R\$mil)	Índice do PIB real 2005=100
	PIB a preços correntes em R\$	PIB a preços reais em R\$ 2005=100	
1990	11.548	1.338.880.419	69,1
1991	60.285	1.352.443.607	69,8
1992	640.958	1.344.693.213	69,4
1993	14.097.114	1.412.509.154	72,9
1994	349.204.679	1.493.888.282	77,1
1995	646.191.517	1.557.829.025	80,4
1996	778.886.727	1.598.518.590	82,5
1997	870.743.034	1.650.833.743	85,2
1998	914.187.877	1.652.771.342	85,3
1999	973.845.966	1.666.334.530	86,0
2000	1.101.255.078	1.738.025.667	89,7
2001	1.198.736.188	1.761.276.846	90,9
2002	1.346.027.553	1.796.153.615	92,7
2003	1.556.182.114	1.805.841.607	93,2
2004	1.766.621.034	1.894.971.128	97,8
2005	1.937.598.291	1.937.598.291	100,0

Fonte: Banco Central, 2006.

De acordo com esta tabela é possível dizer que o PIB brasileiro vem aumentando a cada ano, considerando que de 1990 a 1994 os valores foram reajustados a moeda atual (real), já que houve no período uma diversificação de planos econômicos, com mudança de moeda. Em 1994, com a implantação do Plano Real e com a queda da inflação observa-se um crescimento na economia e, conseqüentemente no Produto Interno Bruto.

Cumprе salientar que a década de 80 foi caracterizada pela instabilidade financeira associada à inflação e a edição de várias políticas de controle inflacionário, além das baixas taxas de crescimento do PIB, especialmente entre 1981 e 1983, quando o crescimento foi negativo.

Neste cenário, o Brasil perdeu competitividade e a participação nos mercados mundiais. Dados do IPEA (2005) apontam que na segunda metade da década de 80 enquanto as exportações mundiais assinalavam a taxa de 12,5% a.a, o crescimento das exportações brasileiras de manufaturados foi de apenas 4,2% a.a.

De acordo com Nicolau (2002, p. 12),

Este ambiente de instabilidade condicionou o comportamento dos agentes econômicos, que se caracterizou tipicamente por estratégias de curto prazo de reação e adaptação que lhes permitissem a sobrevivência nesse ambiente. Assim, diversificação produtiva para reduzir riscos, desvio de recursos para aplicação financeira na busca da rentabilidade, elevação dos gastos administrativos devido à necessidade de constante revisão de preços, entre outras práticas observadas na indústria brasileira nos anos 80 contrastavam com o movimento de reestruturação tecnológica nos processos produtivos que ocorriam nos principais países industrializados.

Esta situação gerou o endividamento de muitas empresas, o que resultou, em muitos casos, na mudança da composição ou na perda do controle acionário.

Neste sentido, observa-se que na década de 80 aconteceram investimentos para modernização dos parques industriais, o que levou ao endividamento das empresas, no entanto isto foi necessário já que o Brasil estava muito aquém do

mercado exportador internacional. Além disso, é possível dizer que o aumento de preços vinculado à inflação caracterizavam uma política fiscal restritiva. No tocante a política monetária cabe dizer que ela não era expansionista já que se verificou que o PIB diminuía , já que também era reduzida a demanda por bens.

Entre os anos de 1990 e 1994 foi lançada a política de abertura comercial externa, todavia a instabilidade continuava, com altas taxas de inflação e fortes mudanças institucionais para controle inflacionário. Neste período, a taxa média anual de crescimento do produto foi de apenas 1,3%. Cumpre dizer que a concorrência com os produtos estrangeiros fruto da abertura para o mercado internacional, fez com que a indústria nacional sofresse com a queda do consumo no mercado interno, lembrando que além disso, ela já sofria com a falta de competitividade no mercado internacional.

Deste modo, é possível compreender que no início da década de 90, a indústria brasileira estava fragilizada frente à concorrência externa, sendo que a própria instabilidade inibia a adoção de novas estratégias, até mesmo pelas multinacionais.

Entretanto, o período de 90/94 provocou no parque industrial brasileiro, um movimento de reestruturação dos processos produtivos, na direção do enxugamento e da maior agilidade da estrutura produtiva, mediante a implantação de novas práticas gerenciais, redução do quadro colaborativo e a especialização e menor número de atividades e de produtos. Neste sentido, Nicolau (2002) lembra que este período ficou conhecido como “ajuste defensivo”.

Após a implantação do Plano Real, observou-se um período de abertura externa com estabilidade interna de preços, o que revitalizou o mercado interno, além de uma valorização cambial, com déficits comerciais e crescente exposição às

crises internacionais. Como conseqüência, coube ao governo praticar uma política monetária restritiva, o que levou a redução das possibilidades de crescimento econômico, e ao aumento dos juros.

No tocante a política fiscal é possível dizer que era uma política fiscal expansionista, já que a inflação diminuía, com um aumento pela demanda por moeda e com um aumento da renda da população.

Logo, uma economia com estabilidade de preços proporcionou uma expansão no mercado interno, que por sua vez solicitou um aumento na produção interna e nas importações, o que acabou gerando grandes déficits na balança comercial brasileira, tanto em bens de consumo quanto em bens de capital (NICOLAU, 2002). Este fato pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 2: Balança Comercial Brasileira 1993-2002

(US\$ mil FOB)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1993	38.554.769	25.256.001	13.298.768
1994	43.545.149	33.078.690	10.466.459
1995	46.506.282	49.971.896	-3.465.614
1996	47.764.728	53.345.767	-5.599.039
1997	52.982.726	59.747.227	-6.764.501
1998	51.139.862	57.763.476	-6.623.614
1999	48.011.444	49.294.639	-1.283.195
2000	55.085.595	55.838.590	-752.995
2001	58.222.642	55.572.176	2.650.466
2002	60.361.786	47.240.488	13.121.298

Fonte: Banco Central, 2006.

Diante destes dados observa-se que de 1995 a 2000 o saldo da balança comercial brasileira foi negativo, ou seja, as importações foram maiores do que as exportações, destacando que neste período além da procura por produtos importados, observava-se um aumento de investimentos por parte das indústrias para a modernização de seus parques industriais (evidentemente baseada na

aquisição de máquinas e equipamentos importados) com o fim de se tornarem mais competitivas.

Vale dizer que o aumento das exportações em 2001 e 2002 se deu principalmente no setor do agro-negócio, além disso o saldo se tornou positivo porque também foi observada uma queda nas importações, mais tímida em 2001 e um pouco maior em 2002. Ressalta-se que neste período a indústria começava a se mostrar mais competitiva no mercado internacional, embora ainda muito aquém do necessário.

Nicolau (2002, p. 14) acrescenta que:

Essa realidade obrigou o governo a freqüentes revisões para cima das tarifas externas, ante os efeitos adversos das importações sobre o segmento da indústria nacional e sobre a balança comercial. Durante os anos seguintes, o país procurou preservar a ancora cambial do Real ajustando-se defensivamente às diversas crises internacionais. Mediante a busca de moeda externa através de diversos meios, tais como a política monetária atrativa à entrada de capitais, empréstimos externos e privatização de empresas estatais.

De acordo com o relatório fornecido pelo Banco Central, o desempenho da economia brasileira em 1996 caracterizou-se pela continuidade da redução das taxas de inflação, o que indicou a consolidação do processo de estabilização iniciado em 1994 com a criação do Plano Real.

Segundo este relatório, a política monetária foi conduzida de modo a adequar o nível de atividade produtiva nacional ao mercado internacional, viabilizando o crescimento econômico sem que pressões de demanda agregada viessem comprometer o processo de estabilização e o equilíbrio da balança de pagamentos. Desta maneira, foi criada a política de liberação do crédito, com redução gradual das taxas de juros básicas, além da diminuição das taxas de recolhimento compulsório

sobre os recursos à vista e a redefinição e a consolidação das regras para o recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.

Desta maneira é possível concluir que neste período foi adotada uma política monetária expansionista e uma política fiscal restritiva, com o fim de levar o país ao crescimento econômico.

No que tange a política cambial observou-se que, em 1996, conforme o Relatório Anual do Banco Central, foi promovida pequenas desvalorizações nominais, evitando especulações quanto à desvalorização da moeda doméstica.

Em janeiro deste mesmo ano foi estabelecido, pela Resolução nº 2.234, que os limites da banda cambial seriam definidos, periodicamente, pela Autoridade Monetária. Neste ano, o deslocamento ocorreu no mês de junho e atingiu 6,9%, sendo que foi realizado através de leilões de *spread*, sem periodicidade pré-fixada. Cabe dizer que em 1996 a moeda nacional acumulou uma desvalorização de 6,8% frente ao dólar dos Estados Unidos, em termos nominais.

Já, em 1997, de acordo com o Banco Central (1998), a evolução da economia brasileira esteve condicionada, em grande medida, ao enfrentamento dos desequilíbrios provocados pela crise financeira originada nos mercados do sudeste asiático. No entanto, o nível de atividade econômica brasileira apresentou desempenho favorável neste período, sendo que o crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) foi alavancado pela produção industrial, principalmente pelo setor de bens de capital e de bens intermediários.

Em 1997, a inflação manteve a trajetória descendente, embora tenham sido observadas eventuais oscilações dos preços agrícolas e da recomposição das tarifas públicas. Neste ano, a política cambial foi pautada pela preservação do mecanismo de desvalorizações graduais da taxa de câmbio.

Segundo o Banco Central (1999), a formação de expectativas desfavoráveis quanto à evolução da economia doméstica induziu à adoção de medidas fiscais severas e a uma conservadora política monetária no ano de 1998, levando o país a recorrer ao suporte da comunidade financeira internacional, por meio de acordo coordenado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com vistas à recomposição progressiva das reservas internacionais e à preservação da política cambial.

Além disso, a restrição ao crédito externo e a elevação das taxas de juros internas resultaram em desaquecimento do ritmo da atividade econômica, sendo que o desempenho da indústria de transformação foi o principal determinante no declínio deste setor. Em contrapartida, neste período constatou-se o crescimento do setor de serviços, substanciado pelo comportamento favorável dos setores de transportes e comunicações.

Assim, percebe-se que a política monetária se tornava restritiva, já que havia o desaquecimento da produção e a redução no nível dos investimentos. A política fiscal, no entanto, seguia expansionista, visto que se observava um aumento da demanda por moeda.

De acordo com o Relatório do Banco Central, em 1998, as taxas de inflação mantiveram trajetória descendente, sendo este fato favorecido pelo:

- desaquecimento da demanda interna;
- adequada oferta de produtos agrícolas *in natura*;
- redução dos preços dos combustíveis;
- concorrência internacional promovida pela queda nas cotações internacionais de *commodities* agrícolas e minerais.

Em 1999, a evolução da economia brasileira foi positiva, embora as expectativas fossem pessimistas e ocorresse relativa elevação nas taxas inflacionárias, o que levava a uma política fiscal mais restritiva.

Observa-se que o crescimento decorreu, principalmente, do desempenho da agropecuária. Neste período, o setor de serviços cresceu 1,89% e a indústria registrou queda de 0,2%. No entanto, o PIB crescia o que caracterizava uma política monetária expansionista, lembrando que neste período também cresciam os investimentos e a procura por bens.

A taxa de câmbio mostrou relativa estabilidade e a elevação dos preços internos foi inferior à prevista, o que determinava uma política fiscal expansionista.

No entanto, o quadro de valorização cambial alterado em janeiro de 1999, quando houve uma forte desvalorização da moeda brasileira, não modificou muito os resultados negativos da balança comercial. Assim, em 2001 ocorreu uma maxi-desvalorização cambial, que acabou por reverter posição deficitária da balança comercial.

Ressalta-se que no período pós-94 observou-se uma reestruturação produtiva e patrimonial da indústria brasileira, que aproveitou as facilidades cambiais para comprar equipamentos no exterior, com o fim de incrementar suas linhas de produção com a tecnologia utilizada nos mercados internacionais.

No mesmo período verificou-se a aquisição de empresas privadas e estatais por grupos estrangeiros, que foi facilitada pelo ambiente de estabilidade provocado pelas reformas institucionais implantadas na primeira metade dos anos 90, ou seja, pela abertura comercial que oportunizou a entrada de capital estrangeiro.

Segundo Nicolau (2002, p. 15), tradicionalmente a indústria brasileira tem se dividido em três grandes grupos:

- Indústria tradicional: produtora de bens de consumo não durável;
- Indústria de processo: produtora de bens intermediários,
- Indústria produtora de bens duráveis.

De acordo com Nicolau (2002), considerando a classificação acima a indústria brasileira está em desvantagem no grupo de indústrias de bens duráveis, quando comparadas às indústrias de países mais industrializados, particularmente no setor de elétrico e de comunicação, o que demonstra que a indústria eletroeletrônica brasileira é a responsável pelo desequilíbrio da balança comercial, sendo que em 2000 o déficit com elétricos e eletrônicos ultrapassou 5 bilhões de dólares.

A tabela abaixo apresenta a balança comercial da indústria eletroeletrônica brasileira, em 2000.

Tabela 3: Balança comercial da indústria eletroeletrônica

Indústria	Exportação	Importação	Saldo
Autom. industrial	62	784	-722
Comp.elét. elétron.	1.519	6.603	-5.084
Equipamentos	218	666	-448
Energia elétrica	200	213	-13
Informática	346	1.079	-733
Elet.instalação	142	640	-498
Telecomunicações	1.158	1.521	-363
Utilid. Domésticas	778	355	423
Total	4.423	11.861	-7.438

US\$milhões
Fonte: ABINEE (2005).

Conforme dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações brasileiras somaram de janeiro a março de 2004, 341,7 milhões de dólares, enquanto as vendas externas médias do mesmo período em 2003 registraram 275,7 milhões de dólares. (CIN-FIESC, 2005).

O Brasil em 2003 exportou US\$ 73,1 bilhões, o incremento ocorreu nas três categorias de produtos: básicos, manufaturados e semimanufaturados. Neste período, as vendas de milho em grãos, carne bovina, farelo de soja, café em grão, carne de frango e suína, soja em grão e minério de ferro aumentaram 32,7%, registrando um salto de 78,8 milhões de dólares, em 2003, para 104,5 milhões de dólares, ficando crescimento brasileiro mais de sete pontos percentuais acima do crescimento mundial. (CIN-FIESC, 2005).

Segundo o IBGE (2005), houve um aumento nos níveis de crescimento da indústria brasileira, de forma geral, ressaltando que a indústria de bens intermediários e de bens de consumo aumentou a sua produção em, aproximadamente 20%, entre o período de 2003 e 2004. As indústrias que produzem bens de consumo duráveis e de bens de consumo não duráveis saíram de índices negativos para positivos, destacando que a indústria de bens duráveis ultrapassou os 5% . O gráfico abaixo demonstra este crescimento.

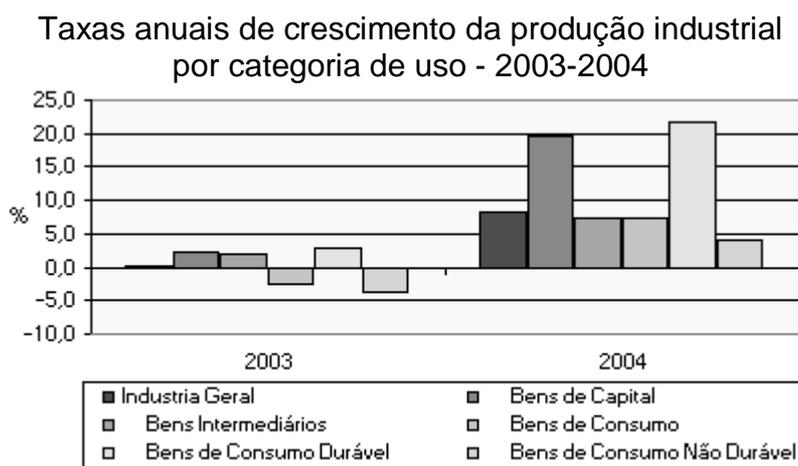


Gráfico 1 – Taxa de crescimento industrial brasileiro.
Fonte: IBGE (2005).

Dados do IBGE (2005) apontam que o setor industrial brasileiro expandiu em 10,9% seus investimentos em 2004, sendo que os gastos com a construção civil

(ampliação do parque industrial) cresceram 5,9% e a aquisição de máquinas e equipamentos aumentou 19,3%.

Destaca-se que estes números foram resultado de um aumento na demanda, visto que o consumo das famílias, que representa quase 60% do PIB, cresceu 4,3%, puxado pela expansão do crédito à pessoa física e pelo aumento no número de empregados, formalmente contratados. Logo este período pode ser caracterizado por uma política monetária expansionista, combinada com uma política fiscal também expansionista, já que os juros cresciam alarmantemente e a tributação também, o que aumentava a taxa de desemprego no país.

De acordo com o IBGE (2005), o Brasil cresceu em 2004, 5,2%, embora o ritmo tenha desacelerado ao longo do ano, assinalando no último trimestre, um crescimento de 1,7%. Neste cenário, o IBGE constatou também uma desaceleração nos investimentos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005), a indústria brasileira, no tocante à inovação de produtos ainda pouco investe em tecnologia. Hoje, somente 2% do setor investem, significativamente, em tecnologia. De acordo com este Instituto, as empresas que inovam seus produtos exportam, em média, 30 milhões de reais. Estas empresas dedicam boa parte de seu tempo para desenvolver produtos diferenciados, agregando valor a eles, o que leva a praticarem preço de venda pelo menos 30% maior do que seus concorrentes. O faturamento anual médio destas empresas é de 135 milhões de reais, o que corresponde a 26% do faturamento industrial brasileiro. Dentre estas empresa é possível destacar a Petrobrás e a Embraer.

Conforme o IPEA, as empresas inovadoras faturam 100 vezes mais do que as que não inovam. Os salários, nestas empresas, são três vezes maiores. No entanto,

somente 2% das empresas industriais brasileiras inovam e conseguem diferenciar o seu produto da concorrência. Ressaltando que somente 21% das multinacionais instaladas no país realizam inovações no Brasil. A maioria concentra esforços na matriz ou em outras filiais.

Ainda, de acordo com os dados desta pesquisa, verifica-se que, aproximadamente, 15.000 empresas buscam inovação não para oferecer produtos novos ou melhores, mas sim para diminuir seus custos. Estas companhias, em média, faturam 26 milhões de reais por ano e respondem por 63% do faturamento da indústria nacional.

Finalmente, a pesquisa do IPEA aponta que 55.000 empresas não investem, em inovação, o que corresponde a 11% do faturamento industrial brasileiro, já que são companhias que, em média, vendem pouco (1,3 milhões de reais por ano) e estão voltadas mais para o mercado interno.

Mediante os dados do IPEA, o Ministério da Ciência e Tecnologia atribuiu o reduzido número de investimento do setor industrial brasileiro em tecnologia ao longo prazo para o retorno, o alto capital exigido e o alto risco do investimento, tendo em vista que o tempo médio de maturação de um projeto de inovação é de nove anos.

Outro entrave observado para o desenvolvimento industrial brasileiro está ligado aos problemas de infra-estrutura logística. Sabendo-se que as exportações e importações sofrem com a ineficiência dos canais de transportes – rodoviários, ferroviário e marítimo – cujas deficiências são responsáveis pelo prejuízo correspondente a 16% do PIB. (CIN-FIESC, 2005).

4 A INDÚSTRIA CATARINENSE

O Estado de Santa Catarina se destaca pela sua economia robusta e diversificada com grande ênfase no setor de exportações. Geograficamente, Santa Catarina tem seu desenvolvimento econômico favorecido dentro do MERCOSUL, visto que se posiciona na rota entre São Paulo (maior pólo industrial, tecnológico do país) e Buenos Aires, um dos maiores centros consumidores deste bloco econômico, fazendo com que grande parte da produção deste bloco passe pelo Estado.

Este é um Estado com potencial em muitos setores da economia. Em função de sua formação histórica e disponibilidade de seus recursos naturais, nos últimos anos também tem conquistado a sua fatia no mercado internacional, tanto no setor do agro-negócio como no setor industrial.

A tabela abaixo mostra a evolução do PIB a preço de mercado corrente no período que vai de 1985 a 2002.

Tabela 4: PIB Santa Catarina 1994-2002

ANO	PIB a preços correntes em R\$	% PIB Brasil
1994	12.780	3,66
1995	23.573	3,65
1996	29.454	3,78
1997	31.634	3,63
1998	32.414	3,55
1999	35.682	3,66
2000	42.428	3,85
2001	46.535	3,88
2002	51.828	3,85

Fonte: IBGE, 2006

Esta tabela demonstra, o crescimento do PIB de Santa Catarina no decorrer do período, bem como, em termos percentuais, a evolução de quanto Santa Catarina colaborou com o PIB nacional, considerando neste período. Cumpre

salientar o significativo salto no percentual entre 1998 e 1999, destacando o aumento na produção de frangos como uma das variáveis deste crescimento.

As tabelas abaixo apresentam, em percentuais a participação do Estado de Santa Catarina no valor adicionado bruto do Brasil a preço básico por atividade econômica, no período de 1985 a 2002.

Tabela 5: Participação dos setores de Santa Catarina no valor adicionado bruto por atividade 1985 – 1995

Atividade	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agropecuária	18,5	21,2	15,7	15,8	20,4	14,1	11,6	12,6	11,5	18,0	15,1
Ind. Extrativa	1,36	1,05	0,58	0,61	0,34	0,27	0,25	0,16	0,17	0,16	0,12
I. transform.	40,0	39,74	36,88	42,68	42,70	39,47	39,82	42,92	43,48	38,61	36,62
Elt, gás, água	0,96	0,79	1,22	1,43	1,04	1,37	1,48	1,48	1,69	1,44	1,34
Construção	3,56	4,62	2,88	3,67	3,70	3,69	4,15	3,81	3,73	4,88	6,38
Comér.com.	7,93	7,80	7,64	7,79	6,00	8,40	8,73	8,23	6,67	6,29	7,13
Alojam.alim.	1,61	1,74	1,67	1,69	1,30	1,74	2,05	1,83	1,87	2,31	2,20
Transp.armaz	3,46	3,36	2,69	2,96	2,84	2,58	2,82	2,19	2,62	2,42	1,91
Comunicaçãoe	0,35	0,28	0,39	0,53	0,46	0,53	0,37	0,57	0,80	0,69	0,71
Int.finan.	7,07	3,95	7,41	7,03	6,22	5,84	5,46	7,21	9,31	4,80	2,53
At. Imob.	4,85	3,98	5,45	3,99	2,98	6,31	9,10	6,51	4,84	5,25	8,63
Adm.pública	7,54	8,84	14,01	8,63	9,33	12,33	9,83	8,15	9,21	11,07	12,94
Saúde/educ.	1,64	1,61	2,28	1,90	1,76	2,19	2,90	3,00	2,68	3,02	3,36
Serviços	0,68	0,54	0,85	1,03	0,88	0,98	1,16	0,98	1,09	0,74	0,68
Serv.domést.	0,39	0,43	0,28	0,26	0,26	0,20	0,24	0,26	0,26	0,29	0,35

Fonte: IBGE, 2006.

Observa-se que no período as atividades que mais contribuíram para valor adicionado bruto brasileiro foram à agropecuária com seu ápice em 1986 e a indústria de transformação em 1993. Cumpre dizer que neste período o Brasil não era competitivo no mercado internacional.

Tabela 6: Participação dos setores de Santa Catarina no valor adicionado bruto por atividade 1996-2002

ATIVIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agropecuária	13,65	12,84	12,85	13,09	13,8	13,5	14,3
Ind.Extrativa	0,10	0,13	0,12	0,1	0,1	0,1	0,03
Ind.Transform.	36,70	35,75	35,51	37,7	38,2	38,6	37,6
Elt.gás e água	1,81	1,99	1,81	1,5	3,5	4,3	4,9
Construção	7,10	8,03	8,25	7,3	6,9	6,3	6,0
Comérc/cons.	6,42	6,69	6,87	6,6	5,8	5,6	5,2
Alojam/alimen.	2,26	2,46	2,53	2,4	2,3	2,2	2,1
Transp/armaz.	1,87	2,01	2,09	2,0	1,7	1,6	1,8
Comunicações	1,23	1,26	1,42	1,3	1,8	2,1	2,2
Inter. Financ.	1,82	1,94	2,04	1,8	2,8	3,1	4,8
Imob/serv.	10,61	11,36	10,80	9,9	8,4	8,7	7,9
Adm. Pública	12,86	11,08	11,68	11,4	11,1	10,2	9,9
Saúde/educ	3,21	3,42	3,24	3,0	2,8	2,5	2,2
Serv. coletivos	0,65	0,75	0,75	0,7	0,7	0,6	0,6
Serv.domest.	0,32	0,29	0,33	0,3	0,3	0,3	0,3

Fonte: IBGE, 2006.

Diante destes dados verifica-se que o Estado de Santa Catarina apresenta uma participação significativa e crescente no setor da indústria de transformação e de alimentos, embora os setores de agropecuária e eletricidade, gás e água assinalem um bom desempenho.

De acordo com dados do IBGE, o PIB per capita do Estado de Santa Catarina em 2002 foi de 9.272, o que assinala um aumento de mais de 40% ao comparar o PIB per capita em 1998, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 7: PIB per capita de Santa Catarina 1995-2002

(R\$mil)

ANO	PIB PER CAPTA a preços correntes em R\$
1995	4.893
1996	6.025
1997	6.428
1998	6.225
1999	6.708
2000	7.844
2001	8.462
2002	9.272

Fonte: IBGE, 2006.

Economicamente, Santa Catarina tem uma participação maior na indústria de transformação e das atividades agropecuárias. Nicolau (2002) salienta que o Estado, ainda tem um expressivo contingente da população no meio rural, além de ter uma estrutura urbana formada por cidades de porte médio, onde o grau de especialização e intensidade dos serviços é evidentemente menor.

Segundo a FIESC-CIN (2005), em 2004, a indústria de transformação catarinense foi a 5ª do país em quantidade de empresas e quanto ao número de trabalhadores. Durante o ano de 2004 a indústria catarinense criou 11.729 novos empregos e nos cinco primeiros meses de 2005 preencheu 3.428 vagas, destacando que os setores que mais empregaram foi o alimentício e o de metalurgia e mecânica.

Em 2002, entre os Estados que mais exportaram no Brasil, Santa Catarina foi o único a registrar crescimento. O incremento alcançou 10,35%, e no *ranking* de vendas para o exterior o Estado pulou da 9ª para a 5ª posição, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O principal responsável por essa alta foi o setor de carnes.

Segundo dados do IBGE (2005), a contribuição de Santa Catarina no valor da produção brasileira em 2002 foi de 4,02 milhões de reais.

Abaixo é possível observar os dados da balança comercial do Estado de Santa Catarina, conforme a FIESC (2006):

Tabela 8: Balança comercial de Santa Catarina 1992-2002

			US\$ mil FOB
ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1992	1.789.684	408.927	1.380.937
1993	2.198.136	491.469	1.706.667
1994	2.404.689	877.909	1.526.780
1995	2.652.025	1.198.541	1.453.484
1996	2.637.308	1.232.083	1.405.225
1997	2.805.719	1.406.807	1.398.912
1998	2.605.306	1.270.243	1.335.063
1999	2.567.364	883.448	1.683.916
2000	2.711.703	957.117	1.754.586
2001	3.028.399	860.372	2.167.982
2002	3.157.065	931.554	2.225.511
2003	3.695.786	993.641	2.702.145
2004*	4.384.511	1.335.416	3.049.095

Fonte: FIESC, 2006.

* janeiro a novembro.

De acordo com estes dados observa-se que a balança comercial neste período apresentou um saldo positivo, sendo que de 1999 a 2004 constatou-se um aumento significativo neste saldo, assim percebe-se que Santa Catarina tem vendido mais do que comprado, diferentemente do Brasil que entre 1995 e 2000 apresentou déficit na balança comercial.

Ressalta-se que as exportações de Santa Catarina aumentaram mesmo em 1997, ano que assinalou uma desestabilização do comércio internacional motivada pela emergência dos tigres asiáticos e pela instabilidade econômica da Rússia, que por sua vez, atualmente é um grande parceiro comercial de Santa Catarina.

Diante do valor exportado em 2003, Santa Catarina passou a ocupar a 6ª posição no *raking* nacional, contribuindo com 5% do total exportado pelo país. (FIESC, 2005). Os principais mercados que compraram os produtos catarinenses em 2003 foram os Estado Unidos, a Alemanha, a Argentina e os países baixos.

O Estado mantém sua tradição agroindustrial, sendo que das cinco maiores exportadoras catarinenses, quatro são do setor de alimentos, entre as quais a Bunge, que é a líder nacional em exportações neste setor.

A fim de ilustração, o quadro demonstra os principais produtos exportados por Santa Catarina, em 2003.

Tabela 9: Relação dos 10 produtos mais exportados por Santa Catarina em 2003

Ordem	Produto	US\$ Fob
1	Congelados / Frango Miúdos	437.229.077,00
2	Moto Compressores	251.664.467,00
3	Tecidos	148.986.415,00
4	Moveis de Madeira	142.128.755,00
5	Cerâmica	136.531.875,00
6	Congelados Suínos	129.825.971,00
7	Móveis de Madeira	127.835.319,00
8	Congelados de Frango	121.810.965,00
9	Óleos de Soja	92.154.299,00
10	Portas de Madeira	87.307.571,00

Fonte: FIESC (2004).

De acordo com estes dados é possível observar que entre os dez produtos mais exportados em 2003, por Santa Catarina, existe uma diversidade que vai desde a indústria alimentícia até os manufaturados de madeira, ressaltando ainda os motores e compressores que tem grande aceitação no mercado asiático. A indústria têxtil, concentrada principalmente no Vale do Itajaí, também se destaca tanto no mercado nacional como no internacional.

Para Nicolau (2002), as indústrias tradicionais são de fato as grandes responsáveis pelo emprego industrial de Santa Catarina, empregando 63% do

peçoal ocupado. Dentro deste grupo, as principais indústrias são: têxtil, moveleira e alimentícia.

Diante destes resultados é possível verificar que o Estado de Santa Catarina além de ter apresentado números de exportações favoráveis para o crescimento de sua economia e, conseqüentemente para a economia brasileira desponta como um dos Estados que tem mais a contribuir para o sucesso e para o equilíbrio da balança comercial, tendo em vista a diversidade de sua economia. Isto pode ser observado no quadro abaixo, que demonstra a comparação da balança comercial de Santa Catarina com a balança brasileira:

Tabela 10: Balança comercial comparativa Santa Catarina/Brasil

Ano	Brasil	Santa Catarina
1993	13.298.768	1.706.667
1994	10.466.459	1.526.780
1995	-3.465.614	1.453.484
1996	-5.599.039	1.405.225
1997	-6.764.501	1.398.912
1998	-6.623.614	1.335.063
1999	-1.283.195	1.683.916
2000	-752.995	1.754.586
2001	2.650.466	2.167.982
2002	13.121.298	2.225.511
2003	24.803.505	2.702.145
2004*	30.186.214	3.049.095

US\$ mil FOB
Fonte: FIESC,2006.

Observa-se que a contribuição do Estado de Santa Catarina no saldo da balança comercial evoluiu de 1999 até 2004, e apresentou superávit mesmo no período quando a balança comercial brasileira apresentou déficit.

Hoje, o Estado se destaca tanto na indústria alimentícia, como na indústria têxtil, química, cerâmica e de motores. Além disso, os variados manufaturados de madeira (porta, móveis, cabos de vassoura, etc) já podem ser encontrados em muitos lugares do mundo (Estados Unidos, Japão, Europa, Argentina).

Além disso, de acordo com a Fiesc (2005) o Estado de Santa Catarina possui a 5ª maior fundição do mundo, sendo também o 1º no mercado internacional de compressores herméticos, bem como em equipamentos e instrumentos odontológicos. Ainda, o Estado é líder na América Latina na produção de refrigeradores e peças para tratores, destacando-se, mundialmente no setor de cerâmica de mesa e de máquinas para indústria de madeira.

No mercado brasileiro, Santa Catarina lidera nos segmentos de: turbinas para pequenas centrais hidroelétricas; motores e geradores elétricos; escapamentos para automóveis e caminhões; sacos de papel; chapéus e bonés; congelados e refrigerados de frango e suínos; artigos para sorveterias; *software* para auxílio à lista e automação de postos de gasolina. (FIESC, 2005).

Na Grande Florianópolis está instalado o Pólo Tecnológico do Estado, com instituição de ensino, centro de pesquisa e de serviços na área de tecnologia da informação. (FIESC, 2005).

Das indústrias catarinenses, 217 possuem certificados ou sistemas de qualidade de acordo com as normas NBRISO 9000. Na área de gestão ambiental 20 empresas já obtiveram a NBRISO14001, o que faz do Estado o 6º do Brasil em certificações. (FIESC, 2005).

Segundo Nicolau (2002), com exceção dos setores de papel e celulose e de eletro-metal-mecânico, a indústria de transformação catarinense formou-se, majoritariamente com acumulação de capital próprio, no entanto nas décadas de 80 e 90 foram registradas mudanças nos controles acionários em grandes empresas, em variados setores. As principais ocorrências de mudança de controle acionário deram-se com a entrada de fundos de pensão nacional, como nos casos da

Perdigão, da Artex e da Tupy, ou ainda com a aquisição por grupos estrangeiros, como nos casos da Seara/Ceval, Chapecó e Cremer. (NICOLAU, 2002).

De acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (*apud* CUNHA, 2004), o grande desafio da indústria catarinense é se convencer a investir em agregar valor e tecnologia à produção, esta é a única saída para o Estado sair do patamar de indústria primária para o de manufatureira. Para dar este salto de qualidade, o setor precisa investir em treinamento, desenvolvimento tecnológico e na melhoria da cadeia.

Outro entrave, não só para Santa Catarina, mas para o Brasil, como foi mencionado é a deficiência logística, ou seja, o escoamento da produção.

Destaca-se, ainda que o Estado de Santa Catarina ocupou em 2004, o segundo lugar dos Estados brasileiros com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração os níveis de renda, de longevidade e de educação. (FIESC, 2005).

Portanto, verifica-se que a indústria catarinense tem crescido e diversificado nestes últimos anos, todavia ainda carece de ajustes técnicos e também da estabilidade da política financeira nacional para que possa crescer e alcançar outros mercados.

5 CONCLUSÕES

No decorrer deste trabalho foram apresentados conceitos de macroeconomia e dados estatísticos com o fim de elucidar a questão de pesquisa proposta no início deste estudo, ou seja, conhecer a contribuição da indústria catarinense para o contexto da economia nacional.

Assim, foi realizada uma comparação entre os PIBs e a balança comercial do Brasil e de Santa Catarina.

Foi observado também que Santa Catarina possui indústrias de grande porte como a WEG, a EMBRACO e a Bunge que são responsáveis por alavancarem às exportações do Estado, e, conseqüentemente, contribuírem para o saldo positivo da balança comercial, não só de Santa Catarina, mas também do Brasil, tendo em vista inclusive que em alguns períodos estudados (1995-2000), por esta pesquisa, constatou-se que mesmo com um déficit na balança comercial nacional, o Estado apresentava um saldo positivo, o que leva a concluir, que embora o país passasse por um momento difícil no mercado internacional, Santa Catarina continuava exportando mais do que importava.

Ressalta-se ainda que o Estado de Santa Catarina possui uma indústria de transformação robusta, principalmente no setor de alimentos e de metalurgia-mecânica, o que lhe possibilita a inserção de um contingente significativo de trabalhadores. Nesta visão, ainda cabe salientar que os setores de agropecuária e eletricidade, gás e água apresentam um bom desempenho.

Ao estudar os dados estatísticos referentes à economia brasileira, sob a ótica da política monetária e fiscal, percebe-se que embora ainda não seja realidade, o ideal seria que o Brasil operasse com uma combinação das políticas monetária e

fiscal. Em outras palavras, a política monetária deveria seguir o alinhamento expansionista, o que abriria o país aos investimentos privados, já que os juros seriam reduzidos. Já a política fiscal deveria seguir o delineamento restritivo, em apoio à expansão da política monetária

Neste sentido, seria encontrado o nível de equilíbrio entre produção e preços, o que levaria a interação da oferta e da demanda agregadas. Destacando que o governo, por sua vez, deverá conter os seus gastos para não provocar uma redução na moeda, ou melhor, um aumento pela demanda da moeda. Cumpre ainda dizer que nesta combinação também a taxa de emprego poderia aumentar, o que por conseguinte, levaria a uma estabilização da renda da população.

No tocante a política cambial, observa-se que, atualmente, a desvalorização do dólar tem prejudicado as exportações brasileiras, já que os custos com a produção estão sendo maiores do que os ganhos, visto que as negociações foram realizadas fundamentadas na moeda americana e com a sua desvalorização os empresários brasileiros estão observando uma queda em seus preços. Destaca-se que este é um reflexo da economia cambial flutuante adotada pelo Brasil.

Embora este tema já tenha sido bastante discutido, cabe dizer que como recomendação para estudos futuros fica a sugestão de se aprofundar a pesquisa na indústria de transformação catarinense, já que este setor se mostrou em ascensão nos últimos anos, o que leva a se deslumbrar a ampliação desta fatia no mercado internacional e, conseqüentemente a um aumento nas exportações catarinenses e brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABINEE. Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Disponível em <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso jun/2005

BANCO CENTRAL: Disponível em <<http://www.amcham.com.br>> Acessado em jul/2005.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**: teoria e política econômica 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CARVALHO, Fernando JC. **Economia monetária e financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991.

FIESC. Disponível em <<http://www.fiescnet.com.br>> Acessado em mai/2006.

FIESC-CIN. Santa Catarina em dados . 2005. Disponível em <<http://www.fiescnet.com.br>>. Acessado em jun/2005

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003

GIL, Antonio C. **Técnica de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. 2005. <Disponível em <http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em jul/2005

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. 2006. <Disponível em <http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em jul/2006

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em dez/2005

NICOLAU, José A; A indústria catarinense na década de 1990 em busca de novo ciclo de crescimento. **Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2002.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN B, Felipe. **Macroeconomia.** São Paulo: Makron Books, 1998.

MISHKIN, Frederic S. **Moedas, bancos e mercados financeiros.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.